NOVO GOVERNO

Alckmin: PEC é mais provável

Vice-presidente eleito afirma que emenda constitucional deve ser o caminho para cumprir promessas de campanha de Lula

» RAPHAEL FELICE
» TAÍSA MEDEIROS
» VICTOR CORREIA

Roque de Sá/Agência Senado



Alckmin na reunião com o presidente da CMO, deputado Celso Sabino, e com o relator-geral do Orçamento de 2023, senador Marcelo Castro

O vice-presidente eleito Geraldo Alckmin (PSB) acredita que a proposta de emenda à Constituição (PEC) é o "caminho mais provável" para excepcionalizar gastos em programas apontados como prioridade na gestão do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), como o Auxílio Brasil de R$ 600.

Alckmin disse não haver ainda estimativa do valor a ser excluído do teto de gastos, porém reiterou que os programas sociais são prioridade. "Temos um desafio mais imediato que é a questão orçamentária para 2023, porque algumas questões importantes não estão contempladas na proposta enviada ao Congresso para o ano que vem, então vamos construí-la", destacou. "Nós devemos, nos próximos dias, definir o caminho. Um deles, certamente o mais provável, é a PEC-LOA, então é uma proposta de emenda constitucional à Lei Orçamentária."

A estimativa é de que a PEC retire em torno de R$ 170 bilhões do teto de gastos em áreas estratégicas, batizadas pela equipe de "mínimo existencial". Desses, R$ 70 bilhões é o valor necessário para cumprir a manutenção do Auxílio Brasil em R$ 600 no ano que vem, mais um adicional de R$ 150 para cada criança abaixo dos 6 anos. O montante não estava previsto no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) enviado pelo governo de Jair Bolsonaro ao Parlamento, apesar das promessas dele na campanha eleitoral.

De acordo com Alckmin, há outras demandas importantes: "O remédio para quem precisa, doentes com doenças crônicas, o atendimento educacional, o tratamento do câncer, e não interromper obras. A coisa mais cara que existe é obra parada. Você tem de garantir os recursos para obras que já estão em curso. De outro lado, um investimento mínimo, porque o investimento público atrai o investimento privado, ele ajuda a economia a crescer".

O relator-geral do Orçamento, senador Marcelo Castro (MDB-PI), reforçou o compromisso da futura gestão com pautas sociais. Na avaliação dele, a proposta será aprovada no Congresso.

"Acho que passa tranquilamente e vou fazer uma previsão aqui: essa PEC vai ser aprovada por unanimidade na Câmara e no Senado. Imagine um representante do povo, um deputado ou senador votar para tirar das pessoas que estão recebendo R$ 600 e retirar R$ 200?", frisou Castro. "Assim como nós aprovamos em agosto, mesmo sabendo que era uma PEC eleitoreira, que só iria até 31 de dezembro. Mas o benefício era tão maior que a questão eleitoral que todos nós votamos a favor."

O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado federal Celso Sabino (União-PA), também bateu na tecla da preocupação do governo eleito com a manutenção de programas sociais. "Vários parlamentares participaram ao longo da reunião, ouvindo algumas sugestões, apresentando também alternativas que pretendem adotar nos próximos dias. Essa comissão trabalha buscando o consenso, um amplo diálogo, e assim vai continuar sendo", salientou.

Segundo o parlamentar, a questão de excepcionalizar despesas do teto de gastos foi ventilada como alternativa para a manutenção dos programas sociais. "Sempre preocupados com a questão fiscal, com o futuro orçamentário do país", frisou.

Na avaliação do deputado Paulo Pimenta (PT-RS), não há impasses para a construção da proposta. Segundo ele, a reunião de Lula com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), marcada para hoje, terá um teor mais "consultivo". "O presidente vai ouvir qual é a opinião (de Lira), qual é a tramitação mais adequada, que é o que estamos fazendo. Fizemos com o relator. Todo mundo tem de ser ouvido", disse Pimenta.

Crédito extraordinário

Uma opção à PEC seria uma medida provisória para abertura de crédito extraordinário que permita o pagamento do Auxílio Brasil. Uma MP, porém, é prerrogativa do presidente da República, e Lula teria de esperar até 1º de janeiro para dar a canetada — o que reduziria o pagamento naquele mês a R$ 405, já que a folha será processada em dezembro. Há, ainda, o caminho jurídico, fiando-se em uma decisão de 2021 do Supremo Tribunal Federal (STF), que permitiria a manutenção do valor sem necessidade de PEC ou MP. Porém, ela só valeria para o Auxílio Brasil e não para as demais áreas visadas por Lula.

Reunião com prefeitos para discutir emendas

Responsável pelo ajuste orçamentário durante a transição, o senador eleito Wellington Dias (PT-PI) se reuniu, ontem, com prefeitos, parlamentares e autoridades municipais, com o objetivo de discutir as emendas para 2023. Ao lado dele estava o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e o relator-geral do Orçamento, senador Marcelo Castro (MDB-PI). Entre os presentes, a maioria representava municípios do Amapá. O encontro ocorreu no mezanino de um hotel de Brasília.

Segundo Wellington Dias, o Orçamento do ano que vem terá dois eixos, sendo o primeiro o social. "Ou seja, o que falta para que, para essa rede de proteção social, não falte dinheiro", disse. O outro é a retomada do investimento no país. "Todas as vezes que o Brasil ampliou o investimento público, mesmo que em um valor baixo, isso ajudou a acelerar o desenvolvimento."

Em relação à aprovação da PEC da Transição no Congresso, que teria de tramitar em regime de urgência, Dias acredita que não haverá grande resistência ao projeto. "O que a gente vê com líderes, e líderes de partido, é boa vontade para a aprovação", frisou. "Do ponto de vista fiscal, a alteração é muito pequena." Ele lembrou que a PEC dos Precatórios e a PEC Kamikaze, aprovadas na atual gestão, também furaram o teto de gastos.

Já Randolfe Rodrigues informou ter se reunido com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que, por sua vez, conversou com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Ambos estão alinhados para tramitar a proposta orçamentária com urgência.

"Não quero acreditar que um Congresso que concedeu R$ 600 de forma temporária antes da eleição não vai conceder o benefício de forma permanente agora", ressaltou Randolfe.

O prazo para a aprovação, porém, é curto. A medida precisa ser avalizada até 15 de dezembro para não prejudicar os pagamentos do Auxílio Brasil. (**VC**)

Apostas em Meirelles

» ROSANA HESSEL

Apesar de economistas confirmados na equipe de transição — como André Lara Resende, Pérsio Arida e Nelson Barbosa —, as apostas de fontes do mercado e de pessoas próximas ao futuro governo são em Henrique Meirelles para ministro da Fazenda, pasta que será recriada pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O economista ocupou o posto no governo Michel Temer (MDB) e foi presidente do Banco Central nos dois mandatos de Lula.

O presidente eleito deu sinais de que nem todos os integrantes da equipe de transição terão cargos garantidos no primeiro escalão do governo. Com isso, ex-integrantes de governos petistas veem Meirelles como forte candidato para chefiar a equipe econômica.

Não à toa, a confiança do mercado em Meirelles é grande e sobrepõe-se tanto a Arida quanto a Resende, autores do "Plano Larida", que deu origem ao Plano Real, mas que, hoje, são vistos como água e óleo em termos de política econômica.

Enquanto Resende continuou na academia, se atualizando do ponto de vista da teoria econômica, passou a defender a inclusão maior dos vulneráveis no Orçamento e mais gastos na área social, Arida permaneceu no mercado financeiro e manteve o discurso mais fiscalista. E, como nenhum dos dois tem experiência como gestor de uma área tão complicada e sensível como a Fazenda, Meirelles ganha em pontos, especialmente, porque foi o coordenador da equipe que criou o teto de gastos.

Em entrevistas recentes, Meirelles vem dando o roteiro do que poderá ser feito para criar espaço fiscal capaz de incluir as promessas de Lula, como o auxílio permanente de R$ 600 e o reajuste do salário mínimo acima da inflação, além de recuperar a credibilidade da política fiscal. Ao **Correio**, por exemplo, defendeu a reforma administrativa como fundamental para reduzir despesas e gerar recursos nessa direção.

Além disso, o ex-ministro possui grande traquejo político, algo essencial para a função que será alvo de demandas de congressistas nas pautas orçamentárias.

